

Prova Escrita Objetiva – Nível Médio completo

# FISCAL DE POSTURAS

Tipo 1 – BRANCA



## SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo oitenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha destinada às respostas das questões objetivas



## TEMPO

- **5 (cinco) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **1 hora e 30 minutos** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova
- **1 hora** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de prova



## NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



## INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados
- Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na folha de respostas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas  
Boa prova!



## Língua Portuguesa

### Texto 1 – Mandamentos do consumismo I

A publicidade cerca-nos de todos os lados - na TV, nas ruas, nas revistas e nos jornais – e força-nos a ser mais consumidores que cidadãos. Hoje, tudo se reduz a uma questão de *marketing*. Uma empresa de alimentos geneticamente modificados pode comprometer a saúde de milhões de pessoas. Não tem a menor importância, se uma boa máquina publicitária for capaz de tornar a sua marca bem aceita entre os consumidores. Isso vale também para o refrigerante que descalcifica os ossos, corrói os dentes, engorda e cria dependência. Ao bebê-lo, um bando de jovens exultantes sugere que, no líquido borbulhante, encontra-se o elixir da suprema felicidade.

A sociedade de consumo é religiosa às avessas. Quase não há clipe publicitário que deixe de valorizar um dos sete pecados capitais: soberba, inveja, ira, preguiça, avareza, gula e luxúria. Capital significa cabeça. Ensina meu confrade Tomás de Aquino (1225-1274) que são capitais os pecados que nos fazem perder a cabeça e dos quais derivam inúmeros males.

A soberba faz-se presente na publicidade que exalta o ego, como o feliz proprietário de um carro de linhas arrojadas ou um portador de cartão de crédito que funciona como a chave capaz de abrir todas as portas do desejo. A inveja faz as crianças disputarem qual de suas famílias tem o melhor veículo. A ira caracteriza o nipônico quebrando o televisor por não ter adquirido algo de melhor qualidade. A preguiça está a um passo dessas sandálias que convidam a um passeio de lancha ou abrem as portas da fama com direito a uma confortável casa com piscina. A avareza reina em todas as poupanças e no estímulo aos prêmios de carnês. A gula, nos produtos alimentícios e nas lanchonetes que oferecem muito colesterol em sanduíches piramidais. A luxúria, na associação entre a mercadoria e as fantasias eróticas: a cerveja espumante identificada com mulheres que exibem seus corpos em reduzidos biquínis. (Frei Betto, 08/05/2011)

### 1

Segundo o texto 1, a publicidade nos força a ser mais consumidores que cidadãos. Isso equivale a dizer que devemos ser mais:

- (A) inconscientes que conscientes;
- (B) gastadores que econômicos;
- (C) compradores que vendedores;
- (D) sensatos que imprudentes;
- (E) aventureiros que conservadores.

### 2

O enunciador de um determinado texto possui certas características específicas do gênero textual; assim o enunciador de um texto publicitário tem:

- (A) um saber a fazer conhecer;
- (B) um conhecimento a ensinar;
- (C) uma realidade a prever;
- (D) um interesse a defender;
- (E) uma regra a estabelecer.

### 3

O texto 1 nos diz que o texto publicitário “é religioso às avessas”; isso porque:

- (A) mostra mais as qualidades que os defeitos;
- (B) exalta mais o produto que a pessoa;
- (C) apela mais para pecados que para virtudes;
- (D) destaca qualidades humanas notáveis;
- (E) dignifica mais a humanidade que a santidade.

### 4

Os exemplos citados no primeiro parágrafo (alimentos geneticamente modificados e refrigerante) do texto 1 têm a finalidade de:

- (A) indicar alguns males do consumismo;
- (B) demonstrar que a publicidade é enganadora;
- (C) comprovar a desonestidade do mundo atual;
- (D) mostrar a força do *marketing*;
- (E) denunciar males da publicidade.

### 5

“A publicidade cerca-nos de todos os lados - na TV, nas ruas, nas revistas e nos jornais – e força-nos a ser mais consumidores que cidadãos”.

Se, em lugar do pronome “nós”, empregássemos o pronome “eles”, as formas sublinhadas deveriam ser substituídas, respectivamente, por:

- (A) lhes/lhes;
- (B) os/lhes;
- (C) lhes/os;
- (D) os/os;
- (E) a eles/a eles.

### 6

“Ao bebê-lo, um bando de jovens exultantes sugere que, no líquido borbulhante, encontra-se o elixir da suprema felicidade”.

O comentário inadequado sobre a composição desse segmento do texto 1 é:

- (A) a imagem dos jovens é de puro hedonismo;
- (B) o refrigerante torna-se elixir, pela força do *marketing*;
- (C) os jovens pretendem opor-se aos mais velhos;
- (D) o prazer de viver marca a juventude;
- (E) a felicidade, para esses jovens, está no material.

### 7

A publicidade de um desodorante, dizia: “Use Avanço, que elas avançam”; nesse caso, considerando o texto 1, é correto afirmar que esse anúncio apela para:

- (A) avareza;
- (B) luxúria;
- (C) inveja;
- (D) ira;
- (E) soberba.

**8**

O segmento publicitário abaixo que apela para uma qualidade e não para um dos pecados capitais, citados no texto 1, é:

- (A) “Compre Peugeot! É mais francês!”
- (B) “Use Armani e olhe os outros de cima para baixo!”
- (C) “Seja sexy! Use cuecas Dim!”
- (D) “Faça como seu vizinho esperto: tenha um Duster!”
- (E) “Mantenha-se saudável: coma no McDonalds!”

**9**

Entre os segmentos do texto 1, aquele que mostra o emprego de vírgula em função de um adjunto adverbial deslocado é:

- (A) “A publicidade cerca-nos de todos os lados - na TV, nas ruas, nas revistas e nos jornais – e força-nos a ser mais consumidores que cidadãos”.
- (B) “Hoje, tudo se reduz a uma questão de *marketing*”.
- (C) “Não tem a menor importância, se uma boa máquina publicitária for capaz de tornar a sua marca bem aceita entre os consumidores”.
- (D) “Isso vale também para o refrigerante que descalcifica os ossos, corrói os dentes, engorda e cria dependência”.
- (E) “A gula, nos produtos alimentícios e nas lanchonetes que oferecem muito colesterol em sanduíches piramidais”.

**10**

Abaixo estão pares de substantivos + adjetivos; o par cujo adjetivo não oferece a possibilidade de ser levado ao grau superlativo é:

- (A) jovens exultantes;
- (B) alimentos modificados;
- (C) líquido borbulhante;
- (D) proprietário feliz;
- (E) produtos alimentícios.

**11**

Entre os pares de palavras abaixo, retiradas do texto 1, aquelas que são formadas por processos de formação diferentes são:

- (A) publicidade / consumidores;
- (B) desejo / inveja;
- (C) avareza / poupança;
- (D) descalcificar / inúmeros;
- (E) preguiça / passeio.

**12**

Um fabricante de açúcar refinado, hoje considerado produto prejudicial à saúde, escreve, em seus pequenos sacos de açúcar usados em restaurantes, frases como *Ria mais, Abraçe seus amigos* etc. Vemos que, nesse caso, o publicitário:

- (A) apela para a gula na valorização de seu produto;
- (B) valoriza o seu produto através do paladar;
- (C) deseja agregar a seu produto sensações felizes;
- (D) desvia o tema do produto para a embalagem;
- (E) desvaloriza o produto em busca de honestidade.

**13**

“Hoje, tudo se reduz a uma questão de *marketing*.”

A frase reescrita abaixo que NÃO conserva o sentido original do texto é:

- (A) Tudo se reduz, hoje, a uma questão de *marketing*.
- (B) Tudo, hoje, se reduz a uma questão de *marketing*.
- (C) Hoje, tudo é reduzido a uma questão de *marketing*.
- (D) Tudo é reduzido, hoje, a uma questão de *marketing*.
- (E) Tudo se reduz a uma questão, hoje, de *marketing*.

Texto 2 – Mandamentos do consumismo II

Adorar o mercado sobre todas as coisas. Tudo se vende ou se troca: objetos, cargos públicos, influências, ideias, etc. Em economias arcaicas, ainda presentes em regiões da América Latina, a partilha dos bens materiais e simbólicos assegurava a sobrevivência humana. Agora, ao valor do uso se sobrepõe o valor de troca. É preferível deixar apodrecer alimentos cujos preços exigidos pelos produtores deixam de oferecer a mesma margem de lucro. Segundo o mercado, tombam os seres humanos, mas seguram-se os preços.

**14**

Um segmento do texto 2 aponta traços de intertextualidade com o discurso:

- (A) político;
- (B) econômico;
- (C) religioso;
- (D) poético;
- (E) científico.

**15**

A crítica do texto 2 se volta contra:

- (A) o encarecimento geral dos preços;
- (B) a desumanização das relações econômicas;
- (C) a corrupção reinante no mercado;
- (D) a desvalorização do produtor;
- (E) a pressão inflacionária.

**16**

“Tudo se vende ou se troca: objetos, cargos públicos, influências, ideias, etc.”

O uso da abreviação ETC. indica que outras palavras deixaram de ser mencionadas porque:

- (A) foram esquecidas pelo enunciador;
- (B) foram censuradas pela situação comunicativa;
- (C) foram omitidas para despertar suspense;
- (D) se tornaram evidentes pela temática;
- (E) se tornaram dispensáveis pelo contexto.

17



A crítica ao consumismo na charge acima se estrutura a partir de um recurso linguístico, que é:

- (A) a ambiguidade de um vocábulo;
- (B) uma hipérbole no desejo de consumo;
- (C) uma metáfora no vocábulo “queima”;
- (D) o tratamento de “mulher” dado à esposa;
- (E) a repetição de negativas na fala da mulher.



18

A crítica na charge acima se dirige:

- (A) ao próprio discurso publicitário;
- (B) à alienação dos consumidores;
- (C) à deficiência na interpretação de mensagens;
- (D) ao mau papel da tv na sociedade;
- (E) ao desprezo dos anunciantes em relação ao ser humano.

19

A quantidade de anúncios na TV é bastante grande; o recurso linguístico que mostra a confusão mental do espectador na charge é:

- (A) a enumeração de termos sem pontuação adequada;
- (B) a quantidade exagerada de produtos citados;
- (C) a conclusão ilógica do personagem;
- (D) a falta de conexão semântica entre os produtos;
- (E) o apelo à linguagem figurada.

20

Por tratar-se de uma charge humorística é comum a presença da linguagem coloquial que, nas falas da charge, se manifesta:

- (A) no emprego da gíria “idiota”;
- (B) na utilização de um nome no diminutivo;
- (C) no emprego do tratamento você;
- (D) na ausência de resposta sim/não de Miguelito;
- (E) no emprego de “ai” como conjunção.

## Matemática

**21**

Fidípides caminhou durante 2 horas e 15 minutos a uma velocidade constante de 8 km/h e, a seguir, correu durante 1 hora e 40 minutos a uma velocidade constante de 15 km/h.

A distância total percorrida por Fidípides, em quilômetros, foi:

- (A) 43;
- (B) 42;
- (C) 41;
- (D) 40;
- (E) 39.

**22**

Um triângulo e um quadrado têm perímetros iguais. Os lados do triângulo medem 7,3 m, 7,2 m e 5,5 m.

A área do quadrado, em  $m^2$ , é:

- (A) 20,00;
- (B) 22,50;
- (C) 25,00;
- (D) 25,60;
- (E) 26,01.

**23**

A média das idades dos cinco jogadores mais velhos de um time de futebol é 34 anos. A média das idades dos seis jogadores mais velhos desse mesmo time é 33 anos.

A idade, em anos, do sexto jogador mais velho desse time é:

- (A) 33;
- (B) 32;
- (C) 30;
- (D) 28;
- (E) 26.

**24**

Um lojista ofereceu em uma liquidação um desconto de 30% sobre o preço de todas as mercadorias. No último dia da liquidação ele resolveu dar um novo desconto de 20% sobre os preços da liquidação.

Com esse novo desconto, uma mercadoria cujo preço antes da liquidação era de R\$ 150,00 passou a ser vendida por:

- (A) R\$ 75,00;
- (B) R\$ 80,00;
- (C) R\$ 84,00;
- (D) R\$ 92,00;
- (E) R\$ 100,00.

**25**

Mauro comprou duas canetas e três borrachas por R\$ 37,50. Fátima comprou, na mesma loja, três canetas e quatro borrachas por R\$ 54,00. Nessa loja todas as canetas têm o mesmo preço; também têm o mesmo preço todas as borrachas.

Nessa mesma loja, cinco canetas e duas borrachas custam:

- (A) R\$ 87,50;
- (B) R\$ 82,00;
- (C) R\$ 77,00;
- (D) R\$ 74,50;
- (E) R\$ 69,00.

**26**

Pablo compra balas no atacado a R\$ 24,00 o quilo e revende essas balas em pequenos pacotes de 50 gramas cada um a R\$ 2,00 o pacote.

No mês de setembro, Pablo teve um lucro de R\$ 1.000,00 com a venda dessas balas.

A quantidade, em quilos, que Pablo vendeu dessas balas em setembro foi:

- (A) 120;
- (B) 104,5;
- (C) 88,5;
- (D) 62,5;
- (E) 60.

**27**

A sequência 2, 2, 1, 5, 5, 5, 5, 2, 2, 1, 5, 5, 5, 5, 2, ... mantém o padrão apresentado indefinidamente.

A soma dos 2015 primeiros termos dessa sequência é:

- (A) 7560;
- (B) 7555;
- (C) 7550;
- (D) 7545;
- (E) 7540.

**28**

Uma urna contém apenas bolas brancas e bolas pretas. São vinte bolas ao todo e a probabilidade de uma bola retirada aleatoriamente da urna ser branca é  $\frac{1}{5}$ .

Duas bolas são retiradas da urna sucessivamente e sem reposição.

A probabilidade de as duas bolas retiradas serem pretas é:

- (A)  $\frac{16}{25}$ ;
- (B)  $\frac{16}{19}$ ;
- (C)  $\frac{12}{19}$ ;
- (D)  $\frac{4}{5}$ ;
- (E)  $\frac{3}{5}$ .

## 29

A idade de Pedro hoje, em anos, é igual ao dobro da soma das idades de seus dois filhos, Paulo e Pierre. Pierre é três anos mais velho do que Paulo. Daqui a dez anos, a idade de Pierre será a metade da idade que Pedro tem hoje.

A soma das idades que Pedro, Paulo e Pierre têm hoje é:

- (A) 72;
- (B) 69;
- (C) 66;
- (D) 63;
- (E) 60.

## 30

Os irmãos André e Bernardo brincam dizendo cada um deles, alternadamente, os números naturais não nulos, em ordem crescente, até um a mais do que disse o outro. A seguir, reproduzimos o início da brincadeira:

André: "1"

Bernardo: "1, 2"

André: "1, 2, 3"

Bernardo: "1, 2, 3, 4"

André: "1, 2, 3, 4, 5"

E assim, por diante.

Como pode ser observado, o décimo número dito por eles foi "4".

O centésimo número dito por eles foi:

- (A) 5;
- (B) 6;
- (C) 7;
- (D) 8;
- (E) 9.

## Noções de Informática

## 31

A franquia de uma lanchonete chamada *PapaTudo* possui três lojas no estado do Rio de Janeiro. Mensalmente, o Gerente da *PapaTudo* faz a consolidação dos custos e das vendas de algumas lojas. Para fazer os cálculos, o Gerente usa o arquivo *Consolida.xlsx*, elaborado no MS Excel 2010, que contém as seguintes planilhas eletrônicas.

	A	B	C	D	E	F	G
1	Custos	100					
2	Vendas	150					
3							
4							

Loja Niterói | Loja Rio de Janeiro | Loja São Gonçalo | Consolidação

Pronto

	A	B	C	D	E	F	G
1	Custos	200					
2	Vendas	300					
3							
4							

Loja Niterói | Loja Rio de Janeiro | Loja São Gonçalo | Consolidação

Pronto

	A	B	C	D	E	F	G
1	Custos	50					
2	Vendas	80					
3							
4							

Loja Niterói | Loja Rio de Janeiro | Loja São Gonçalo | Consolidação

	A	B	C
1	Custos	=SOMA('Loja Niterói:Loja São Gonçalo'!\$B\$1)	
2	Vendas	=SOMA('Loja Niterói:Loja São Gonçalo'!\$B\$2)	
3	Saldo	=B2-B1	
4			

Loja Niterói | Loja Rio de Janeiro | Loja São Gonçalo | Consolidação

Considerando as fórmulas apresentadas na planilha **Consolidação**, o resultado da célula **Consolidação!B3**, que representa o Saldo das contas da *PapaTudo*, é:

- (A) 30;
- (B) 80;
- (C) 150;
- (D) 180;
- (E) 230.



36

Observe o seguinte diálogo:

**João:** Sr. Gerente, sou usuário iniciante de computadores. Estou aprendendo a realizar transações bancárias pela Internet, mas estou com muito receio em relação à segurança do site do banco. Poderia me ajudar?

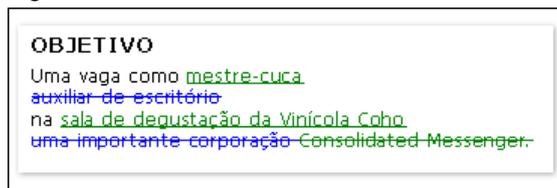
**Gerente do Banco:** Claro, Sr. João. Para confirmar a realização de uma transação, você deve utilizar uma senha, definida por você mesmo, e usar um cartão de segurança, com códigos previamente definidos, emitido pelo banco.

A forma de autenticação que combina uma senha pessoal e um cartão de segurança oferecida pelo Gerente do Banco de João é:

- (A) Single sign-on;
- (B) Senha forte;
- (C) Certificado digital;
- (D) Verificação em duas etapas;
- (E) Token.

37

Roberto recebeu um documento editado no MS Word 2010 com marcas de revisão, mas não conseguia ler, pois o documento estava visualmente poluído, conforme ilustrado na figura a seguir.



Para ocultar as marcações e mostrar a aparência das alterações incorporadas, na caixa *Exibir para Revisão*, Roberto deve selecionar a opção:

- (A) Marcação Simples;
- (B) Todas as Marcações;
- (C) Final;
- (D) Original;
- (E) Revisões Embutidas.

38

No MS Word 2010, sobre o uso de caracteres coringas para localizar palavras em um documento texto, é correto afirmar que:

- (A) **s?o** localiza salvo, mas não localiza sonho;
- (B) **<(org)** localiza organizar e desorganizado;
- (C) **ca{2}tinga** localiza caatinga e catinga;
- (D) **ca{1,}tinga** localiza catinga, mas não caatinga;
- (E) **ca@tinga** localiza catinga e caatinga.

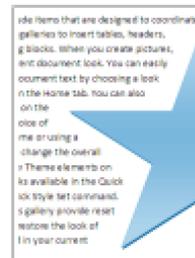
39

Alice e Maria são gerentes de uma mesma empresa que possui filial em diversos estados do país. Maria trabalha no Rio de Janeiro e Alice no Rio Grande do Sul. As duas manipulam informações de grande valor para a empresa, cuja divulgação não autorizada pode comprometer os projetos em desenvolvimento na organização. Maria e Alice costumam criptografar os arquivos que trocam entre si pela Internet para evitar acessos indevidos a eles. As duas gerentes utilizam uma chave secreta na origem para codificar o arquivo e uma pública no destino para decodificar o arquivo. O tipo de criptografia baseado em uso de chave secreta e pública utilizado por Maria e Alice é:

- (A) Certificado digital;
- (B) Chave assimétrica;
- (C) Hash;
- (D) Chave simétrica;
- (E) Assinatura digital.

40

João foi designado para editar um documento no MS Word 2010 que deve ser formatado conforme ilustrado na figura a seguir.



Para definir como o texto é disposto ao redor do objeto selecionado, João deve usar o recurso:

- (A) Quebra de Texto Automática;
- (B) Posição;
- (C) Alinhar Objetos;
- (D) Direção do Texto;
- (E) Cortar.

## Conhecimentos Específicos

### 41

Em matéria de medidas referentes aos animais, de acordo com o Código de Posturas do Município de Niterói, é:

- (A) proibido o acesso e a permanência de animais em praias, salvo os cães adestrados para a condução de pessoas com deficiência visual;
- (B) proibida, em qualquer hipótese, a exibição e o trânsito de animais mordedores bravios em locais de livre acesso ao público;
- (C) permitido o comércio de animais nos logradouros públicos e nos demais bens de uso comum, desde que seja emitida nota fiscal da venda;
- (D) permitida a exibição e o trânsito de animais mordedores bravios, desde que domesticados, em locais de livre acesso ao público;
- (E) permitido o trânsito de cães nos logradouros públicos, conduzidos por qualquer pessoa, desde que os animais estejam contidos por coleiras.

### 42

O Código de Posturas do Município de Niterói dispõe que as feiras livres têm por finalidade o abastecimento suplementar de verduras, legumes, frutas, pescados, aves abatidas, flores, biscoitos e outros produtos. Nesse contexto, consoante estabelece o citado diploma normativo, é correto afirmar que:

- (A) somente pessoas jurídicas matriculadas e autorizadas pela Secretaria Municipal de Fazenda poderão comerciar nas feiras livres;
- (B) a matrícula e as consequentes autorizações para o exercício de atividade nas feiras livres serão concedidas a título definitivo e de forma irrevogável, por prazo determinado;
- (C) as mercadorias e tudo o mais que for apreendido nas feiras livres, em virtude de infração, serão distribuídos para a população de baixa renda;
- (D) a venda de mercadorias deterioradas poderá ensejar a cassação da matrícula e da autorização para o exercício de atividade nas feiras livres;
- (E) a fraude nos pesos, medidas e balanças acarretará a aplicação de multa, mas não poderá ensejar a cassação da matrícula e da autorização para o exercício de atividade nas feiras livres.

### 43

Em tema de divertimentos públicos, a Lei Municipal de Niterói nº 2.624/08 dispõe que o funcionamento de casas e locais de diversões públicas depende de licença prévia da Administração Municipal. Regulamentando a matéria, estabelece o Código de Posturas Municipal que:

- (A) o processo de licenciamento para a exploração dos divertimentos públicos será iniciado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, instruído com a documentação exigida pela legislação vigente;
- (B) o pedido de autorização para eventos em logradouros públicos deverá ser dirigido à Secretaria Municipal de Cultura com antecedência mínima de cinco dias;
- (C) somente será franqueado o acesso das autoridades municipais encarregadas da fiscalização, no estrito cumprimento de suas funções, à casa de diversão ou sala de espetáculo, mediante prévio mandado judicial;
- (D) nos cinemas, teatros, auditórios e demais casas de diversão deverão ser observados, além do laudo do Corpo de Bombeiros, alguns requisitos, como a existência de bebedouros automáticos de água filtrada;
- (E) na localização e instalação de circos e de parques de diversões, deverão ser observadas, além do laudo da vigilância sanitária, algumas exigências, como distância de vinte metros, no mínimo, de hospitais e estabelecimentos congêneres.

### 44

Sobre o uso e a ocupação dos logradouros e demais bens de uso comum, de acordo com o Código de Posturas do Município de Niterói:

- (A) pode o poder público municipal apreender, somente mediante prévia decisão judicial, qualquer equipamento sonoro no logradouro público, quando não observadas as normas legais;
- (B) compete, obrigatoriamente, ao proprietário do imóvel a execução e a conservação de muros e cercas, cabendo à Administração Municipal o mesmo em relação aos passeios e muralhas de sustentação;
- (C) fica a cargo do particular proprietário do imóvel a reconstrução ou conserto de passeios ou muros, afetados por alterações do nivelamento e do meio fio por estragos ocasionados pela arborização dos logradouros públicos;
- (D) é proibida a colocação, na área urbana ou rural do Município, de cerca de arame farpado ou similar, no alinhamento frontal, a menos de um metro de altura em referência ao nível do passeio;
- (E) é expressamente proibido preparar alimentos nos logradouros públicos, utilizando churrasqueiras, fogões, assadeiras ou outros equipamentos similares.

**45**

Os passeios dos logradouros, bem como as áreas de afastamento frontal, poderão ser ocupados para a colocação de módulos (conjunto de uma mesa e até quatro cadeiras), por hotéis, bares, restaurantes, quiosques, delicatessen e similares, desde que obedecidas as normas pertinentes. Segundo o Código de Posturas do Município de Niterói, serão aprovadas as autorizações quando atendidas algumas condições, como, em regra:

- (A) implicar a realização da obra ou construção de piso, muretas, gradis e jardineiras ou a fixação de estruturas e peças na calçada;
- (B) ocupar no máximo a faixa do comprimento da calçada correspondente aos limites laterais dos imóveis imediatamente ao lado;
- (C) manter livre a faixa perpendicular da calçada correspondente à entrada de garagem e deixar a entrada social acrescida de três metros de cada lado do vão de acesso;
- (D) ocupar calçada com largura mínima de dez metros, mantendo o espaço livre para o trânsito dos pedestres;
- (E) ocupar no máximo cinquenta por cento da largura da calçada, mantendo o restante para o trânsito dos pedestres.

**46**

A Lei Municipal de Niterói nº 2.624/08 dispõe que a instalação de bancas de jornal e revistas em áreas públicas será objeto de:

- (A) delegação, mediante Termo de Concessão de Uso celebrado pelo órgão competente da Administração Municipal, de forma precária e por prazo indeterminado;
- (B) delegação, mediante Termo de Autorização de Uso celebrado pelo órgão competente da Administração Municipal, obedecidos os critérios de discricionariedade administrativa;
- (C) outorga, mediante Termo de Autorização de Uso celebrado pelo órgão competente da Administração Municipal, de forma gratuita e precária;
- (D) outorga, mediante Termo de Permissão de Uso celebrado pelo órgão competente da Administração Municipal, obedecido a processo licitatório regular;
- (E) descentralização, mediante Delegação de Uso celebrada pelo órgão competente da Administração Municipal, obedecidos os critérios de discricionariedade administrativa.

**47**

A Lei Municipal nº 2.624/08 estabelece que a fiscalização de Posturas atuará periodicamente verificando a regularização e o funcionamento dos quiosques que exercem o comércio em logradouros públicos do Município de Niterói.

Sobre tal matéria, a citada lei dispõe que:

- (A) os funcionários que trabalharem nos quiosques deverão manter-se devidamente trajados com uniforme oficial da Prefeitura;
- (B) o comércio das bebidas será permitido em frascos plásticos e latas, sendo expressamente vedada sua comercialização em recipientes de vidro;
- (C) os quiosques deverão obrigatoriamente ter lixeiras seletivas destinadas ao depósito de resíduo sólido reciclável e manter convênio com cooperativa de reciclagem;
- (D) é permitida a utilização de caixas, caixotes ou similares, na área externa do quiosque somente por parte de seu titular, para atender aos fins comerciais;
- (E) é permitida alteração nas características originais dos quiosques, desde que obedecido o modelo arquitetônico praiano e sem solução de continuidade das atividades.

**48**

Em relação aos engenhos publicitários, o Código de Posturas do Município de Niterói estabelece que:

- (A) outdoor é o engenho publicitário que pode divulgar mensagens publicitárias, exceto institucionais, com dimensões padronizadas de dois metros de altura por cinco metros de comprimento;
- (B) os engenhos publicitários do tipo outdoor devem dispor de toda sua estrutura inclusive a de sustentação exclusivamente de madeira;
- (C) outdoor deve dispor de altura máxima do engenho de três metros em relação à cota de implantação e é destinado à colagem de cartazes não substituíveis em fixação de lona vinil;
- (D) painel é o engenho publicitário que pode divulgar mensagens identificadoras, publicitárias, institucionais ou mistas, com superfícies regulares, afixado em estruturas autoportantes;
- (E) os painéis podem ser do tipo simples pintado ou lona, vedada a utilização de painel luminoso (backlight), iluminado (frontlight), trifase e eletrônico publicitário dinâmico.

**49**

O Código de Posturas do Município de Niterói estabelece que a veiculação de propaganda, por meio da distribuição de prospectos, tablóides, panfletos, folhetos, encartes, brindes, sacos plásticos e outros impressos necessita de autorização prévia da Secretaria Municipal de Fazenda.

Nesse contexto, o citado diploma legal determina que:

- (A) a autorização para distribuição será concedida por um período de até dez dias e valerá para qualquer lugar nos limites territoriais do Município;
- (B) é vedada a participação de menores de dezoito anos na distribuição do material publicitário, ainda que na qualidade de estagiário;
- (C) a obrigatoriedade de autorização é aplicável para distribuição de todo tipo de panfleto, inclusive os institucionais, eleitorais e de divulgação de teatro e cinema exclusivamente brasileiro;
- (D) todo material publicitário deverá conter os dizeres: "Não jogue este impresso na via pública - mantenha a cidade limpa - REICLÁVEL" em letras de, no mínimo, meio centímetro;
- (E) a autorização para distribuição de material publicitário será concedida por prazo indeterminado e valerá apenas para o modelo de panfleto autorizado originariamente.

**50**

Em tema de meios de publicidade e propaganda, a Lei Municipal de Niterói nº 2.624/08 dispõe que:

- (A) a colocação ou veiculação de quaisquer anúncios e engenhos publicitários em áreas públicas fica sujeita ao pagamento de taxa, sendo gratuita em áreas de domínio privado;
- (B) a autorização para a instalação de engenhos permanentes será concedida pelo prazo máximo de trinta dias e a renovação deverá ser requerida mensalmente;
- (C) é proibida a utilização de equipamentos sonoros fixos ou móveis como meio de publicidade, no período das 8 às 18h e desde que não cause transtorno à população;
- (D) a aplicação de multas, por seu duplo caráter sancionatório e reparatório, exime o infrator do pagamento da taxa devida pelo período de veiculação do anúncio;
- (E) o responsável pela distribuição de prospectos, panfletos e similares, quando autorizados, deverá conservar o logradouro público limpo num raio de até vinte metros do local da distribuição.

**51**

No título "Das Edificações", o Código de Posturas do Município de Niterói permite ao particular a:

- (A) instalação de aparelhos de ar condicionado, desde que observada a altura mínima de dois metros e vinte centímetros do passeio público;
- (B) exposição, desde que transitória, de roupas, tapetes, vasos ou objetos de uso doméstico, nas portas, janelas, varandas e outros locais semelhantes voltados para o logradouro público;
- (C) exposição de quaisquer mercadorias, em estabelecimentos comerciais, nas janelas, fachadas ou vãos de portas que abram para a via pública ou para as galerias de prédios;
- (D) instalação e operação de equipamentos de ar condicionado, exaustores e similares apoiados diretamente sobre as marquises;
- (E) imediata reforma dos prédios em ruínas, inclusive os tombados, sem necessidade de prévia autorização do poder público.

**52**

O Posto de Serviço e Revenda de Combustíveis e Lubrificantes também pode se destinar ao atendimento de outras atividades suplementares, mas a Lei Municipal de Niterói nº 2.624/08 veda:

- (A) os serviços de guarda, estacionamento, lavagem e alinhamento de direção de veículos;
- (B) a venda de cigarros, bebidas alcoólicas não fracionadas, suvenires e confeitos;
- (C) a venda de medicamentos, bem como que sejam servidas bebidas alcoólicas;
- (D) a locação e venda de aparelhos eletrônicos, de fitas e filmes de vídeo, discos, filmes fotográficos e fitas cassete;
- (E) o comércio de utilidades relacionadas com a higiene, segurança, conservação e aparência dos veículos.

**53**

Consoante dispõe o Código de Posturas do Município de Niterói, a autorização para o exercício do comércio ambulante, a verificação do efetivo cumprimento da autorização concedida, bem como a apreensão de bens, mercadorias, equipamentos e veículos, utilizados irregularmente no logradouro público, através da Guarda Municipal, é de competência da Secretaria Municipal de:

- (A) Fazenda e Ação Social;
- (B) Segurança e de Controle Urbano;
- (C) Trabalho e Ação Social;
- (D) Polícia Militar;
- (E) Polícia Civil.

**54**

Segundo o Código de Posturas do Município de Niterói, o Alvará de Autorização Precária será concedido quando:

- (A) todas as exigências para a obtenção do Alvará de Licença para Localização para determinada atividade não puderem ser satisfeitas, e terá prazo determinado de até um ano, devendo ser substituído pelo definitivo neste período;
- (B) a atividade licenciada, pela natureza de seu objeto, for considerada temporária, como o funcionamento de estande de venda em empreendimento imobiliário ou de feiras de qualquer natureza em áreas particulares;
- (C) determinado tipo de licenciamento for considerado precário em decorrência da natureza da ocupação ou da atividade, como nas atividades realizadas com utilização de equipamentos removíveis, situados em área pública;
- (D) se tratar de atividade considerada de especial interesse social, como autorização para funcionamento de partidos políticos e templos religiosos;
- (E) o serviço for prestado por órgãos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como as missões diplomáticas reconhecidas pelo Governo Brasileiro.

**55**

Em tema de cassação do alvará, o Código de Posturas do Município de Niterói dispõe que:

- (A) se trata de ato o qual compete ao Procurador-Geral do Município, que decidirá, no prazo de trinta dias, com base em parecer prévio da Secretaria de Fazenda;
- (B) qualquer pessoa, entidade ou órgão público poderá solicitar à Secretaria Municipal de Fazenda a cassação ou a anulação do alvará, nos casos previstos no Código;
- (C) verificando a autoridade fiscal o exercício de atividade não permitida no local, promoverá a suspensão das atividades e a cassação do alvará no prazo de cinco dias;
- (D) constatando o fiscal de posturas que o particular deu ao imóvel destinação diversa daquela para a qual foi concedido o licenciamento, promoverá a imediata cassação do alvará;
- (E) o procedimento de cassação de alvará não poderá ser cumulativo com a aplicação de multa, para evitar a punição em *bis in idem*.

**56**

No que tange à apreensão de bens e mercadorias, a Lei Municipal de Niterói nº 2.624/08 determina que:

- (A) a apreensão de bens, em consequência de infrações, implicará seu recolhimento à Procuradoria-Geral do Município, mediante lavratura de auto de apreensão com a descrição da coisa apreendida;
- (B) as mercadorias perecíveis serão doadas imediatamente às instituições educacionais, filantrópicas e de assistência social, mediante recibo, não podendo ser reclamadas;
- (C) as mercadorias ou objetos não perecíveis cujo pequeno valor não comporte as despesas com hasta pública, não tendo sido reclamadas pelo titular em tempo hábil, serão alienadas em leilão coletivo;
- (D) no caso de objetos sem apreciável valor econômico ou em precário estado de conservação, após decisão da autoridade competente, em processo que os relacione, serão limpos e doados à população de baixa renda;
- (E) o prazo para reclamação das mercadorias não perecíveis é de trinta dias, e sua devolução só será feita após o pagamento das despesas de transporte e depósito da coisa apreendida, independentemente da quitação da multa.

**57**

O Código de Posturas do Município de Niterói conceitua interdição como o ato do qual se vale a autoridade competente para impedir totalmente o exercício de atividade da pessoa física ou jurídica que não esteja legalmente licenciada no Município. Disposto sobre a matéria, o citado diploma legal determina que:

- (A) é vedado ao Município, em qualquer hipótese, bloquear o acesso do estabelecimento interditado, bem como utilizar blocos de concreto, muro de alvenaria ou similar para tal finalidade;
- (B) a interdição somente se processará através da Procuradoria-Geral do Município, após autorização expressa do Diretor do Departamento Jurídico, a fim de que seja observado o devido processo legal;
- (C) o edital de interdição não terá o modelo oficial definido e será preenchido de forma legível, sem emendas, rasuras ou borrões, devendo ser assinado pelo fiscal interditante e pelo infrator;
- (D) a interdição será precedida de intimação expedida ao infrator, dando-lhe o prazo de até dez dias para a cessação da atividade não licenciada, salvo em caso de comprometimento da segurança ou higiene pública;
- (E) a interdição exige o infrator do pagamento das taxas pertinentes e das multas que lhe forem aplicadas, salvo se o infrator optar por regularizar a atividade para suspender a interdição e retomar o serviço.

**58**

A Lei Municipal de Niterói nº 2.624/08 dispõe que, além dos casos previstos no Código de Obras, poderá ocorrer a demolição, total ou parcial, de imóvel ou construção em algumas hipóteses, como quando:

- (A) deixarem de ser cumpridas as exigências determinadas no laudo de vistoria do imóvel;
- (B) forem considerados de risco mediato para o jardim do prédio ao lado as obras ou imóveis;
- (C) for constatada a existência de obra acoimada de irregular pelo vizinho;
- (D) houver risco de desmoronamento, e o poder público deverá promover imediatamente a demolição por sua conta e risco, sem ressarcimento pelas despesas;
- (E) forem considerados em risco, na sua segurança, estabilidade ou resistência as obras ou imóveis, tendo os vizinhos legitimidade para promover diretamente a demolição.

**59**

O Código de Posturas do Município de Niterói apregoa que auto de infração é o documento fiscal que objetiva configurar e registrar as violações às normas legais, identificar o infrator e aplicar as penalidades pecuniárias. Em seguida, ao fixar normas sobre o auto de infração, o Código dispõe que:

- (A) será lavrado exclusivamente na sede da repartição competente, pelo servidor que houver constatado a ilegalidade, sendo imprescindível o arrolamento de testemunhas;
- (B) será declarado nulo o auto em caso de omissões ou incorreções no seu preenchimento, ainda que dele constem elementos suficientes para a determinação do infrator e da infração;
- (C) não caberá intimação, devendo o infrator ser imediatamente autuado quando a prática da infração não for passível de regularização ou for expressamente proibida;
- (D) constituirá formalidade essencial à sua validade a assinatura do infrator, e sua aposição não implicará confissão, mas sua recusa agravará a pena;
- (E) não poderá ser lavrado cumulativamente com o de apreensão de bens ou outras sanções aplicáveis, para evitar dupla punição administrativa para uma só ilegalidade.

**60**

No que concerne ao processo fiscal, a Lei Municipal de Niterói nº 2.624/08 estabelece que:

- (A) verificada violação de qualquer dispositivo de lei ou regulamento do Poder de Polícia Municipal, o processo terá início exclusivamente pelo auto de infração, que deverá ser lavrado pela autoridade competente, observadas as formalidades legais;
- (B) o autuado apresentará defesa, no prazo de quinze dias, a contar da data do auto de infração, por petição, no protocolo do órgão por onde foi iniciado o processo fiscal, mediante comprovante de entrega, ou oralmente no momento da autuação;
- (C) apresentada a defesa, o autuante terá prazo de dez dias, a contar do recebimento do processo, para se pronunciar, quando necessário, e tal prazo poderá ser prorrogado, por igual período, a critério do responsável pelo órgão específico por onde correr o processo;
- (D) contestada a defesa, a autoridade julgadora terá prazo de trinta dias, a contar do recebimento do processo, para exarar despacho decisório, vedada a conversão do processo em diligência, para produção de novas provas;
- (E) o autuado será notificado da decisão exclusivamente por meio pessoal, mediante entrega de cópia da decisão proferida e contra recibo, e terá prazo para pagamento da penalidade pecuniária de noventa dias, a contar da ciência da decisão final, após o que o valor será inscrito em dívida ativa.

**61**

Ao realizar diligência fiscalizatória, André, Fiscal de Posturas Municipal, lavrou auto de infração em desfavor do cidadão Hamilton, por realizar atividade sem a respectiva licença, não obstante lhe tenha sido apresentado o documento necessário. No prazo legal, Hamilton apresentou defesa e logrou comprovar que possuía a necessária licença, que foi desconsiderada pelo agente público no momento da fiscalização. Assim sendo, o Município concluiu pela procedência da impugnação e declarou a invalidade do auto de infração. A decisão da municipalidade de revisar seu próprio ato (por provocação ou até de ofício) foi baseada no princípio implícito de Direito Administrativo da:

- (A) revogabilidade, que obriga a Administração Pública a rever seus próprios atos, revogando os ilegais, sem necessidade de prévia provocação do Poder Judiciário;
- (B) anulação, que possibilita a Administração Pública de rever seus próprios atos, revogando os ilegais, sem necessidade de prévia provocação do Poder Judiciário;
- (C) conveniência, que obriga a Administração Pública a rever seus próprios atos, anulando os ilegais, com prévia autorização do Poder Judiciário;
- (D) normatividade, que possibilita a Administração Pública de rever seus próprios atos, invalidando os ilegais, com prévia autorização do Poder Judiciário;
- (E) autotutela, que possibilita a Administração Pública de rever seus próprios atos, invalidando os ilegais, sem necessidade de prévia provocação do Poder Judiciário.

**62**

Diante dos grandes eventos esportivos que vêm acontecendo no Rio de Janeiro nos últimos tempos, determinado Prefeito de Município fluminense, com escopo de fomentar as ações de cunho turístico, subdividiu a então Secretaria Municipal de Cultura e Turismo em duas novas Secretarias: uma de Cultura e outra de Turismo. De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, essa substituição de um órgão por dois com o objetivo de melhorar a prestação do serviço público é a:

- (A) desconcentração;
- (B) descentralização;
- (C) delegação;
- (D) outorga;
- (E) redivisão.

**63**

Guilherme acaba de ser nomeado, após aprovação em concurso público, para ocupar o cargo efetivo de Fiscal de Posturas municipal. Em relação ao regime jurídico estatutário a que se sujeitará, de acordo com o texto constitucional, é correto afirmar que Guilherme:

- (A) obterá a estabilidade após dois anos de efetivo exercício, caso seja aprovado na avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade;
- (B) poderá ocupar outro cargo público da área administrativa, caso haja compatibilidade de horário e desde que não prejudique sua eficiência no exercício de ambos os cargos;
- (C) após obter a estabilidade, poderá perder o cargo mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa;
- (D) será aposentado compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos sessenta e cinco anos de idade;
- (E) não poderá exceder, em matéria de remuneração, ao teto constitucional do subsídio mensal dos Vereadores, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza.

**64**

Leandro, servidor público ocupante de cargo efetivo da Administração Direta municipal, foi eleito para exercer mandato eletivo de Vereador. Com base no regime jurídico constitucional aplicável à espécie, é correto afirmar que Leandro:

- (A) perceberá necessariamente as vantagens do cargo eletivo, independentemente da compatibilidade de horários;
- (B) perceberá as vantagens de seu cargo efetivo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, caso haja compatibilidade de horários;
- (C) perceberá necessariamente as vantagens do cargo efetivo, independentemente da compatibilidade de horários;
- (D) será afastado do cargo efetivo, independentemente da compatibilidade de horários, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;
- (E) será afastado do cargo efetivo, independentemente da compatibilidade de horários, auferindo ambas as remunerações.

**65**

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, em matéria de classificação dos atos administrativos quanto ao critério da liberdade de ação, quando o agente público pode valorar os fatores constitutivos do motivo e do objeto do ato, apreciando a conveniência e a oportunidade de sua prática, está-se diante de um ato:

- (A) de império;
- (B) de gestão;
- (C) discricionário;
- (D) arbitrário;
- (E) vinculado.

**66**

Consoante ensina a doutrina de Direito Administrativo, o poder administrativo que autoriza a atuação de um Fiscal de Posturas municipal de, verificada violação a dispositivo do Código de Posturas, lavrar um auto de infração com regular aplicação de multa e apreensão é o poder:

- (A) disciplinar, que é a prerrogativa de direito público que, calcada na lei, autoriza a Administração Pública a aplicar penalidades disciplinares aos particulares que infringirem a lei;
- (B) regulamentar, que é a prerrogativa de direito público que, calcada na lei, autoriza a Administração Pública a regulamentar a vida em sociedade, fazendo valer os dispositivos legais;
- (C) sancionatório, que é a prerrogativa de direito público que, calcada na lei, autoriza a Administração Pública a aplicar sanções administrativas e disciplinares aos particulares que causarem danos ao interesse público;
- (D) de polícia, que é a prerrogativa de direito público que, calcada na lei, autoriza a Administração Pública a restringir o uso e o gozo da liberdade e da propriedade em favor do interesse da coletividade;
- (E) de Estado, que é a prerrogativa de direito público que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão da supremacia do interesse privado.

**67**

Determinado agente público municipal, em fiscalização de rotina, pratica ato administrativo discricionário, dentro de sua esfera de competência, mas afastando-se do interesse público, eis que a real motivação do ato foi retaliar antigo desafeto. No caso em tela, de acordo com o que ensina a doutrina de Direito Administrativo, o agente público agiu com:

- (A) regular emprego do poder discricionário, eis que o ato não precisa ser motivado e a análise do mérito administrativo cabe apenas ao agente;
- (B) regular emprego do poder discricionário, eis que as formalidades legais para o perfazimento do ato foram respeitadas;
- (C) abuso de poder, na modalidade excesso de poder, eis que atuou fora dos limites de sua competência;
- (D) abuso de poder, na modalidade arbitrariedade de poder, eis que agiu além dos limites de sua capacidade;
- (E) abuso de poder, na modalidade desvio de poder, eis que se afastou da finalidade pública.

**68**

A Lei nº 8.666/93 dispõe que a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com alguns princípios básicos, como o da:

- (A) subordinação às regras do edital e da pessoalidade formal;
- (B) publicidade do edital e do julgamento subjetivo do certame;
- (C) improbidade administrativa e da vinculação ao edital de licitação;
- (D) supremacia do poder público e da preferência da modalidade tomada de contas;
- (E) vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

**69**

De acordo com o texto constitucional, os atos de improbidade administrativa importarão, na forma e gradação previstas em lei:

- (A) a perda dos direitos políticos, o afastamento cautelar da função pública, o ressarcimento ao erário e a multa;
- (B) a perda da função pública, o sequestro dos bens, a suspensão do cadastro nacional de pessoa jurídica e a multa;
- (C) a pena privativa de liberdade, a suspensão dos direitos políticos, a perda do cargo público e o ressarcimento ao erário;
- (D) a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário;
- (E) a pena privativa de liberdade, o sequestro dos bens, a perda do cargo público e o ressarcimento ao erário.

**70**

De acordo com a Lei Federal nº 12.846/13, na esfera administrativa, serão aplicadas às pessoas jurídicas consideradas responsáveis pelos atos lesivos previstos na Lei Anticorrupção as seguintes sanções:

- (A) multa e publicação extraordinária da decisão condenatória;
- (B) suspensão das atividades e pena restritiva de direitos;
- (C) proibição de receber incentivos fiscais e sequestro de bens;
- (D) prestação pecuniária e pena privativa de liberdade aos administradores;
- (E) ressarcimento ao erário e alteração compulsória do objeto social.

**71**

Em tema de controle da atividade administrativa, é correto afirmar que o Poder Legislativo municipal:

- (A) não está sujeito a controle externo pelos outros poderes, em razão do princípio da separação dos poderes;
- (B) exerce o controle externo dos Poderes Executivo e Judiciário municipais, com o auxílio de equipe técnica;
- (C) exerce o controle externo do Poder Executivo municipal, com o auxílio do Tribunal de Contas;
- (D) está sujeito a controle externo pelo Poder Judiciário municipal, que o faz pelos Juízos da comarca;
- (E) está sujeito a controle externo pelo Poder Executivo municipal, que o faz com auxílio do Tribunal de Contas.

**72**

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, os bens de uso especial são aqueles que:

- (A) se destinam à utilização geral pelos indivíduos, de uso comum do povo, como os mares, as praias, os rios;
- (B) não têm destinação pública específica, mas integram o patrimônio público, como o caso das terras devolutas;
- (C) têm finalidade de gerar lucro ao poder público, como os serviços públicos remunerados por meio de tarifa;
- (D) se destinam à utilização por pessoas portadoras de deficiência, como as cadeiras de rodas disponíveis em prédios públicos;
- (E) visam à execução dos serviços administrativos e dos serviços públicos em geral, como o caso de cemitérios municipais.

**73**

No caso da intervenção do Estado na propriedade, o poder público age de forma vertical, criando imposições que, de alguma forma, restringem o seu uso pelo seu *dominus*, com fundamento na supremacia do interesse público sobre o privado e na função social da propriedade. Nesse contexto, é hipótese de intervenção do Estado na propriedade, na modalidade servidão administrativa:

- (A) a utilização de uma escola privada para abrigar temporariamente desalojados em situação de perigo público iminente;
- (B) a utilização temporária de terrenos particulares contíguos a estradas, para a alocação transitória de máquinas;
- (C) o uso de escolas, clubes e outros estabelecimentos privados por ocasião das eleições;
- (D) a obrigação positiva aos proprietários de promover a limpeza de terrenos ou o parcelamento ou a edificação compulsória;
- (E) a instalação de redes elétricas em áreas privadas para a execução de serviços públicos.

**74**

Gevásio, estudante de Direito, realizou amplas pesquisas a respeito dos requisitos de fruição e dos beneficiários dos direitos e garantias fundamentais, isso com o objetivo de passar o seu conhecimento aos moradores da localidade em que reside. À luz da teoria dos direitos fundamentais e da sistemática da Constituição da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que:

- (A) as normas definidoras de direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata;
- (B) os direitos fundamentais somente estão ao alcance dos brasileiros;
- (C) nenhum direito previsto na Constituição pode ser exercido sem que a lei o regulamente;
- (D) o exercício dos direitos fundamentais pressupõe o regular pagamento dos tributos devidos pelo cidadão;
- (E) somente o brasileiro nato e o estrangeiro residente no País têm direitos fundamentais.

**75**

Aílton, cidadão exemplar e que sempre pagava as suas obrigações em dia, foi surpreendido com três cobranças emitidas pelo Município em que residia. A primeira era um imposto, a segunda, uma taxa e, a terceira, uma contribuição de melhoria. Surpreso com as cobranças, procurou o seu amigo Eulálio para que lhe explicasse a distinção entre essas espécies tributárias. Apesar de solícito, Eulálio deixou claro que somente conhecia o que constava da Constituição da República Federativa do Brasil, ignorando por completo o que dispunha a legislação infraconstitucional. À luz do Sistema Tributário Nacional, tal qual delineado na Constituição da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que:

- (A) imposto e taxa nada mais são que o mesmo tipo de tributo, não apresentando qualquer distinção;
- (B) a cobrança da contribuição de melhoria decorre do aumento da qualidade de vida propiciada à população;
- (C) a taxa é devida sempre que o poder público entender que certa atividade econômica deve ser tributada;
- (D) o imposto é devido em razão do uso efetivo de serviço público específico e divisível;
- (E) a cobrança da contribuição de melhoria decorre da realização de obras públicas.

**76**

Deoclécio adquiriu um exemplar da Constituição da República Federativa do Brasil e, ao analisar os direitos e deveres individuais e coletivos, constatou a existência do instituto do *habeas data*. Curioso, procurou Inércio para que lhe esclarecesse quais as características desse instituto. À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que:

- (A) trata-se de instrumento de programação à disposição do setor de informática dos poderes constituídos;
- (B) o *habeas data* permite a retificação de dados, quando o impetrante não prefira fazê-lo por processo sigiloso;
- (C) o objetivo do *habeas data* é o de garantir a liberdade de locomoção, protegendo-a contra qualquer ato ilegal;
- (D) o *habeas data* será concedido para proteger qualquer direito líquido e certo violado por ilegalidade ou abuso de poder;
- (E) o fim almejado com o *habeas data* é o de evitar que o depositário infiel seja preso por dívida.

**77**

A Constituição da República Federativa do Brasil previu, em certas matérias, a existência de uma competência concorrente entre os entes federativos. A respeito dessa temática, é correto afirmar que:

- (A) a superveniência da lei estadual sobre normas gerais suspende a eficácia da lei da União;
- (B) a competência legislativa plena é assegurada à União caso os Estados não tenham editado normas gerais;
- (C) qualquer ente federativo pode legislar livremente sobre as matérias de competência concorrente;
- (D) a competência da União está limitada à edição de normas gerais;
- (E) a União pode complementar a legislação estadual que venha a ser editada.

**78**

Ednaldo, servidor público municipal, decidiu traçar planos para a sua aposentadoria. Para tanto, analisou os comandos constitucionais que dispõem sobre a aposentadoria dos servidores públicos e formulou algumas proposições.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que:

- (A) a aposentadoria por invalidez pode ocorrer com proventos proporcionais ou integrais;
- (B) o regime previdenciário dos servidores públicos é baseado na ausência de contribuição;
- (C) não é prevista a modalidade de aposentadoria compulsória, somente a voluntária;
- (D) são idênticos os requisitos exigidos para a aposentadoria de homens e mulheres;
- (E) somente o tempo de serviço público é levado em conta na modalidade de aposentadoria voluntária.

**79**

O Vereador Eudésio, logo após tomar posse no cargo, decidiu estudar as competências municipais para melhor exercer as suas funções. Considerando a sistemática adotada pela Constituição da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que o Município pode:

- (A) legislar sobre águas e energia, desde que tenham origem em seu território;
- (B) legislar sobre direito econômico e financeiro, enquanto não editadas normas gerais pela União;
- (C) legislar sobre direito civil e comercial, observadas as normas gerais editadas pela União;
- (D) criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;
- (E) criar parques nacionais, observadas as normas de proteção ao meio ambiente.

**80**

A Constituição da República Federativa do Brasil estabeleceu uma série de limitações ao poder de tributar. Algumas dessas limitações são especificamente direcionadas às relações mantidas entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. A esse respeito, é correto afirmar que é vedado instituir, observados os demais balizamentos da ordem jurídica:

- (A) taxas sobre serviços prestados, uns dos outros;
- (B) impostos sobre renda, uns dos outros;
- (C) taxa municipal sobre serviço prestado à União;
- (D) contribuição de melhoria, uns dos outros;
- (E) taxa sobre serviços postos à disposição, uns dos outros.

# Rascunho



Realização

